

# CARTA DE OLINDA

## OFICINA “MEU CORPO-TERRITÓRIO, NOSSOS DIREITOS: CONSTRUINDO O GUIA SOBRE SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE INDÍGENAS JOVENS”

Nós, povos indígenas dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, e Rio Grande do Norte, inspirados pelas Forças Sagradas que emanam da Ancestralidade e dos territórios indígenas do Nordeste brasileiro, estivemos reunidos em Olinda, entre os dias 24 e 27 de novembro de 2025 para realizar uma troca de saberes e para desenvolver, de maneira dialógica, a oficina “Meu corpo-território, nossos direitos: construindo o guia sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos de indígenas jovens”. Esse encontro teve a finalidade de elaborar coletivamente, em parceria com pesquisadoras da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE e da Universidade de Birmingham (Inglaterra), com o departamento de mulheres indígenas da APOINME, com o UNFPA e com o grupo Curumim, o primeiro guia de direitos e saúde sexual e reprodutiva culturalmente sensível às necessidades de nossos adolescentes e jovens.

Estiveram presentes os Povos Indígenas Entre Serras Pankararu/PE, Katokinn /AL, Kayrana pataxó /BA, Kiriri/BA, Koiupanká /AL, Mendonça Potiguara /RN, Mendonça Potiguara /RN, Pankararu/PE, Pankarú aldeia Vargem Alegre /BA, Pitaguary /CE, Potiguara/PB, Tabajara - Piripiri PI, Tapeba /CE, Truká /PE, Tumbalalá Cabrobó - PE/BA, Tuxá Banzaê/BA, Xukurú-Karirí AL, Xucuru Kariri /BA, Xukuru do Ororubá/PE.

Nosso ponto de partida foi o significado integral de saúde e doença no contexto de nossos corpos, de nossos territórios e de nossas cosmovisões. Compreendemos que esses conceitos envolvem o bem-estar físico, mental, espiritual e da Natureza Sagrada. Saúde e doença transcendem nossos corpos individuais, relacionando-se coletivamente e de maneira simbiótica ao bem-estar de nossos ancestrais e de nosso território. O bem estar de nossas matas, rios, pedras e águas é parte fundamental de nossa saúde.

Ao falar de saúde de forma integral, pensamos especificamente nos desafios da saúde sexual e reprodutiva de nossos jovens. Questões fundamentais envolvendo decisões sobre nossos corpos, nossas famílias, nossos desejos de ter ou não ter filhos e de como criá-los são transformadas em tabus e, com isso, prolongamos situações incômodas, simplesmente pela falta de acesso à informação. Desafios nesta área derivam, muitas vezes, de silenciamentos.

Em um país em que meninas indígenas lideram os índices de gravidez infantil e que crianças, com idades entre 10 e 14 anos, já são mães, discutir direitos sexuais e reprodutivos é urgente. É urgente, porque criança não deve ser mãe, é urgente, porque muitas vezes essas gestações são decorrentes de violências, é urgente, porque, entre nós, existem ainda muitas crianças e mulheres que não conhecem o próprio corpo. Esta não é uma realidade exclusiva de mulheres indígenas, mas o lugar comum entre mulheres de todas as etnias, já que não somos educadas para entender os nossos ciclos, a nossa anatomia, os nossos processos, as nossas transformações. É muito triste que estejamos unidas, como mulheres de diferentes culturas, por elos de opressão e não de liberdade.

Romper com o ciclo da violência, discutir de maneira respeitosa e ouvindo os mais velhos, dialogar, praticar a nossa medicina com respeito e entendendo a potência de nossas práticas e espiritualidade, é vital. Aprender, ouvir e, sobretudo, pensar em melhores condições de vida e experiências de amor, prazer, direito, afeto e vida sexual e reprodutiva, que sejam saudáveis e felizes para nossas meninas e meninos, que são os futuros de nossas comunidades, deve ser sempre prioridade.

Estas são questões que envolvem diretamente a ideia de justiça reprodutiva e todas suas interseccionalidades. A invisibilização de grupos vulnerabilizados como crianças, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência contribui para a manutenção de práticas nocivas e discriminatórias de desigualdade.

Reafirmamos que as culturas e as tradições indígenas estão intrinsecamente ligadas a seres sagrados. Os seres encantados são seres de luz, amor, bondade e caridade. Eles estão aqui presentes conosco a todo momento e movem o mundo para o bem viver em harmonia, paz e beleza. Esta ordem encantada não inspira a maldade. Reconhecemos que algumas das práticas de violência que vivenciamos atualmente foram impostas e são frutos do processo de colonização. Entretanto, sabemos quem somos, o que queremos e o que buscamos: a nossa liberdade, autonomia, respeito e o fortalecimento da nossa essência. Devemos assumir a responsabilidade de escolher o que queremos como parte de nossa identidade, de nossa cultura e de nossas vidas, decidindo, de forma autônoma, por meio de nossas lideranças e instâncias de organização, quais serão os valores a serem mantidos em nossos povos. Não podemos mais seguir reproduzindo os valores de um patriarcado machista, racista e negacionista.

Embora não fizessem parte de nossa cultura original, atualmente diferentes tipos de violência têm sido vivenciadas e naturalizadas em nossos territórios. São exemplos os abusos e explorações de nossas meninas, meninos e adolescentes e os casos de gravidez precoce e indesejada, que impedem adolescentes de escolher o seu projeto de vida de maneira autônoma. Os corpos de nossas mulheres têm sido objetificados. Temos sofrido violências de todos os tipos: violência física, sexual, patrimonial e psicológica. Temos também sofrido violências que ainda não estão em

categorias legais, como violência ambiental, violência discriminatória, violência epistemológica. Estas violências ocorrem dentro e fora de nossos corpos-territórios. Em relação à saúde sexual e reprodutiva, casos de violência obstétrica repetem padrões históricos: primeiro invadiram nossos territórios, agora invadem nossos corpos. Estas violações têm se tornado práticas comuns ao mesmo tempo em que observamos, cada vez mais, a desvalorização das práticas de cuidado, tratamento e cura vivenciadas pela medicina indígena. A violência que temos vivenciado em nossos corpos-territórios representa uma profanação de nossa tradição, de nossa ancestralidade. É chegado o momento de lutarmos contra isso e fortalecer a filosofia indígena que tem como base o respeito, o equilíbrio e o cuidado. É o que os povos indígenas da América Latina denominam, sob nosso eco, de Bem Viver.

Reconhecemos que um dos caminhos para enfrentar este desafio é garantir uma educação integral diferenciada para a sexualidade, que aconteça dentro e fora das escolas, famílias, aldeias e no subsistema de saúde. Esta educação deve ter a finalidade de preservar o bem-estar de nossas comunidades, tornando-as ambientes seguros, saudáveis e sustentáveis, para todos os indígenas. Entendemos que a educação tem o potencial de transcender desigualdades estruturais. Entretanto, para que isso seja possível, precisamos de recursos e apoio de instituições de todos os níveis federativos a fim de assegurar infraestrutura, capacitação e treinamento.

Saudamos o anúncio da criação de uma universidade indígena - denominada por nós, povos indígenas do nordeste de pluriversidade - que deverá contribuir para romper com o epistemicídio que, durante muito tempo, subalternizou os saberes, a medicina e as ciências indígenas. Neste contexto, as práticas tradicionais de cuidado e a medicina indígena devem ser reconhecidas, integradas ao Sistema Único de Saúde e coexistir, em condição de igualdade, com outras medicinas e saberes, garantindo a sua valorização e respeito cultural. Ressalta-se a importância de fortalecer os detentores de conhecimentos tradicionais, em especial as parteiras, que têm sido fundamentais para garantir os direitos sexuais e reprodutivos, com acolhimento, garantia de renovação da vida e continuidade entre o passado e o futuro. Pela arte do acolhimento, o novo se refaz, enaltecendo a ancestralidade que garante o ciclo de existência dos nossos povos.

Entendemos que outra forma de enfrentamento é a inclusão de mulheres indígenas em espaços de poder e de decisão nas diversas áreas e, especialmente, na saúde. A paridade de gênero é condição importante para visibilizar o protagonismo feminino e romper com desigualdades. Os nossos povos têm ocupado diferentes espaços, o que pode contribuir com o nosso fortalecimento e autonomia. A política de cotas em universidades e no serviço público já representa um avanço, mas ainda não é suficiente para garantir a representatividade indígena em todos os espaços da sociedade.

Movidos por essas reflexões, provocadas ao longo do nosso encontro, convocamos os outros povos, os poderes públicos e os movimentos sociais a ecoar as seguintes reivindicações prioritárias:

- Cartilha impressa (solicitação por povo da quantidade de cartilha impressa para adolescentes de 10 a 19 anos);
- Formação para profissionais da saúde e educação referentes à saúde e direitos sexuais e reprodutivos;
- Educação integral diferenciada sobre sexualidade;
- Ações para romper com os diferentes tipos de violência;
- Sensibilização da SESAÍ quanto à assistência à saúde ser realizada de forma igualitária para todo os povos;
- Avanço no processo de demarcação dos territórios;
- Respeito às medicinas indígenas e a nossas epistemologias.

Defendemos a vida em todas as suas formas e rejeitamos toda violência, sobretudo aquela que recai sobre quem mais precisa de proteção: crianças, adolescentes, jovens que caminham em meio à vulnerabilidade e, muitas vezes, carregam sozinhos/as o peso do que não compreendem.

Acreditamos na força da palavra compartilhada, no direito de cada povo manter-se informado. Quando nossos jovens conhecem melhor seus corpos e suas emoções, podem romper os muros erguidos pelos tabus e pelos medos herdados. Assim, tornam-se capazes de reconhecer o perigo, rejeitar abusos e transformar a realidade que os cerca. Portanto, informar é um ato de cuidado. Romper silêncios é um gesto de coragem. E proteger cada vida, sobretudo as mais frágeis, é o compromisso que sustenta nossa caminhada coletiva rumo a territórios indígenas mais informados, mais seguros, mais saudáveis e livres de violências.

Olinda, 27 de novembro de 2025.